

Crise, mudança do modelo chinês e implicações para o Brasil

Roberto Dumas Damas e Tatiana Rosito

A crise financeira que se iniciou em 2008 patenteou a necessidade de mudança de modelo econômico, tanto em países deficitários, como os Estados Unidos, que buscam tornar-se mais "export oriented", como em países superavitários, como a China, que busca tornar-se mais "consumption oriented", embora a reação do governo chinês à crise tenha adiado a necessária transição.

O problema dessa mudança de modelo é a inexorável identidade contábil: o superavit comercial global deverá ser exatamente igual ao deficit comercial global. Dado o custo em realizar a mudança desse modelo, o peso do rebalanceamento econômico mundial será inevitavelmente distribuído através do comércio internacional.

Com aumento de 95% no fluxo dos empréstimos entre 2008 e 2009, a China logrou crescer 8,7% em 2009 e 11,9% no primeiro trimestre de 2010, sendo que, no ano passado, os investimentos representaram 92% do crescimento do PIB.

Mas a resposta do governo chinês à crise acabou reforçando o modelo de crescimento prevaente e os riscos do sobreinvestimento, devido às baixas taxas de juros reais. Se esses investimentos não se traduzirem em aumento da produtividade e do consumo do trabalhador chinês, não contribuirão para o tão necessário rebalanceamento da economia.

O consumo chinês tem crescido bastante, mas, de 1990 a 2007, o nível de consumo das famílias em relação ao PIB caiu de 50% para 35%. Ou seja, o consumidor chinês continua comprando cada vez mais, mas tem produzido muito mais do que consome, escoando sua produção para os EUA e a Europa e, sobretudo após a crise, para terceiros mercados.

Para o Brasil, a recuperação da economia mundial e o papel que a China desempenhará nessa recuperação são questões cruciais para o crescimento sustentado do país nos próximos anos. Em 2009, a China passou a ser o mais importante destino individual para as exportações e o maior parceiro comercial brasileiro.

Embora a alta concentração da pauta brasileira de exportações em poucos produtos seja desafio para a política comercial, para o Brasil seria interessante continuar a ver a China crescendo a altas taxas.

Mas isso implica pelo menos dois riscos: no curto prazo, a crescente competição, inclusive em terceiros mercados; no longo prazo, a transição da China para um modelo com maior consumo doméstico, reduzindo a demanda relativa por certas commodities. O Brasil deve intensificar suas ações para se beneficiar dessa nova fase de crescimento chinês.

A relação comercial entre o Brasil e a China exige análise aprofundada, que considere o impacto global da China no mundo e os riscos e oportunidades que sua crescente importância oferecem para a economia brasileira.

É preciso evitar o falso dilema de considerar que a exportação de matérias-primas para a China configuraria uma relação "neocolonial" ou certo retrocesso por parte do Brasil. Mas o principal elemento novo da relação econômica entre os dois países é a chegada de um fluxo de investimentos diretos chineses.

Somente em 2010 já foram anunciados investimentos que, se concretizados, somarão mais de US\$ 10 bilhões, incluindo apenas aqueles da Wisco (siderúrgica), da ECE (mineração), da State Grid (transmissão de energia) e da Sinochem (petróleo).

Mais uma vez, é preciso evitar análise simplista desse novo fluxo de investimentos e buscar integrá-lo à estratégia de desenvolvimento do país, não somente pela quantidade de

recursos que representa, mas também pelas oportunidades para gerar novas associações (financeiras, humanas e tecnológicas).

Se as relações com a China saírem reforçadas da crise, a expansão do gigante asiático, sobretudo na área de investimentos, exige ações criativas dos setores público e privado no Brasil.

Isso é necessário para que aqueles investimentos também possam ser uma porta de entrada às empresas brasileiras nos setores em que a Ásia desempenhará papel central ao longo das próximas décadas, a exemplo dos semicondutores no passado.

ROBERTO DUMAS DAMAS é chefe do escritório de representação do Itaú BBA em Xangai e professor convidado do Ceibs (China Europe International Business School).

TATIANA ROSITO é diplomata e mestre em desenvolvimento internacional pela Harvard Kennedy School.

Fonte: Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 jun. 2010, Mercado, p. B3.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais